

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## ANEXO 10

### DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA FINS DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS SPCINE

Em consonância com a Portaria nº02/2021/Spcline e os mecanismos deste **EDITAL**, que tratam sobre **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** para **PROJETOS** que optem pelas categorias de reserva, a **SPCINE** estabelece:

#### ITEM 1. Documentos de inscrição para fins das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** da **SPCINE**:

- a) Autodeclaração de responsável legal pela MEI ou de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário negro e/ou **PESSOAS TRANS** da **PROPONENTE** (ANEXO 04 - uma para cada sócio[a] relativo às **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**, no caso de haver mais de um[a]).
- b) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena de responsável legal pela MEI ou de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário **INDÍGENA** da **PROPONENTE** (ANEXO 05 - uma para cada sócio[a] relativo às **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**, no caso de haver mais de um[a]).
- c) Autodeclaração de pessoa **SOCIALMENTE NEGRA, MULHER, PESSOA TRANS** e/ou **PESSOA COM DEFICIÊNCIA** do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** (ANEXO 06).
- d) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena (ANEXO 07) do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**.
- e) Cópia reprográfica dos RGs e CPFs dos(as) sócios(as) ou representante da MEI constantes no ANEXO 04 e ANEXO 05.
- f) No caso de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário ou **COORDENADOR(A) DO PROJETO PESSOA TRANS** que deseje ser tratada com nome ou gênero diferente do seu documento oficial, poderá de forma opcional enviar Declaração de uso do nome social (ANEXO 08).
- g) No caso de **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, deverá ser enviado laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e contendo o nome completo da pessoa, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que emitiu o laudo.
- h) Para quem apresentou autodeclaração de pessoa socialmente negra, 01 (uma) foto 5X7 (cinco por sete) de rosto inteiro, do topo da cabeça até o final dos ombros,

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



com fundo neutro, sem sombras e datada há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da entrega, devendo a data estar estampada na frente da foto;

**ITEM 2.** Para fins de comprovação de atendimento das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** neste **EDITAL**, serão utilizados os seguintes documentos e critérios:

I. Para fins de procedimento de aferição de pertencimento racial, conforme fase de contratação item 11 do **EDITAL**, as pessoas autodeclaradas **SOCIALMENTE NEGRAS**, optantes por esta categoria de reserva, passarão pelo procedimento conforme Item 3 deste ANEXO.

II. Para fins de comprovação da composição do quadro societário negro, **INDÍGENA** e/ou **PESSOAS TRANS** será utilizado o Cadastro como MEI ou Contrato ou Estatuto Social atualizado da **PROPONENTE** exigido nos documentos obrigatórios de inscrição e a documentação constante do item 1, “a”, “b”, “e”, “f” e “h” deste **ANEXO**.

- a) A pessoa jurídica deverá dispor no quadro societário de pelo menos um(a) sócio(a), ou uma composição de sócios(as) **SOCIALMENTE NEGROS, INDÍGENAS** e/ou **PESSOAS TRANS**, desde que este(a) ou estes(as) representem 50% (cinquenta por cento) ou a maior parcela de ações/quotas da empresa, ou seja, que tenham participação equivalente à metade ou participação majoritária no quadro societário. No caso de **PROPONENTE** MEI, será levado em conta seu responsável legal.
- b) No caso de Associação com escopo de atuação **INDÍGENA**, será utilizada a documentação constante do item 8.4, V, ou seja, o estatuto que comprove o referido escopo.

III. Para fins de comprovação de **COORDENADOR(A) DO PROJETO INDÍGENA** será utilizada a documentação constante do item 1 “d” deste anexo.

IV. Para fins de comprovação de **COORDENADOR(A) DO PROJETO MULHER**, serão utilizadas as cópias do RG e CPF exigidos nos documentos obrigatórios de inscrição e/ou a autodeclaração (ANEXO 06) enviada.

V. Para fins de comprovação de **COORDENADOR(A) DO PROJETO PESSOA TRANS**, será utilizada a autodeclaração (ANEXO 06) enviada.

VI. Para fins de comprovação de **COORDENADOR(A) DO PROJETO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, será utilizado o laudo médico enviado, conforme item 1 “g” deste anexo.

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



*Parágrafo único.* O não encaminhamento da documentação exigida importará a desconsideração da autodeclaração apresentada pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** no momento da inscrição, assim como saída da lista reservada na respectiva categoria, caso assim tenha optado. A fraude ou falsidade de informações, acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

**ITEM 3.** Os **PROJETOS** selecionados que tiverem apresentado autodeclaração de pessoa **SOCIALMENTE NEGRA** passarão pelo procedimento de aferição de autodeclaração de pertencimento racial, conforme o seguinte:

I. Será constituída Comissão responsável pelo procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial. A composição da Comissão será oportunamente definida e a mesma poderá ter caráter permanente ou exclusivo para este Edital.

II. O procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial se submete aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) Respeito à dignidade da pessoa humana.
- b) Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- c) Garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre proponentes eventualmente submetidas ao procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial promovido no mesmo **EDITAL** e a procedimentos de aferição de autodeclarações de pertencimento racial já padronizados e consolidados pela Administração Pública Municipal.
- d) Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, resguardadas as hipóteses de sigilo aqui previstas.
- e) Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela Administração Pública.
- f) Garantia da efetividade e resguardo da legitimidade das políticas afirmativas promovidas pela Spcine, de maneira que alcance seus objetivos e fins sociais.

III. A autodeclaração apresentada pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** no momento da inscrição do **PROJETO** goza de presunção relativa de veracidade, sem prejuízo da confirmação de seu teor

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



através de procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, nos termos deste **EDITAL**.

IV. Para os efeitos deste **EDITAL** e em consonância com o Decreto Municipal nº 57.557/2016, negros, negras ou afrodescendentes são as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando-se a autodeclaração.

- a) A autodeclaração não dispensa a efetiva correspondência da identidade fenotípica da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** com a de pessoas identificadas socialmente como negras.
- b) O vocábulo “afrodescendente” deve ser interpretado como sinônimo de negro ou negra.
- c) A expressão “denominação equivalente” a que se refere este inciso abrange a pessoa preta ou parda, ou seja, apenas será considerada quando sua fenotipia a identifique socialmente como negra.

V. Para fins deste **EDITAL**, considera-se procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial a identificação e confirmação por terceiros da condição autodeclarada, exclusivamente para fins do **EDITAL** e do atendimento dos objetivos e finalidades sociais das políticas afirmativas da **SPCINE**, considerando-se o contexto de seu estabelecimento e o objeto do **EDITAL**.

VI. A **POLÍTICA AFIRMATIVA** destina-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra, que assim sejam socialmente reconhecidas, não sendo suficiente apenas a identificação pessoal e subjetiva da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**.

VII. A aferição ocorrerá inicialmente mediante análise da fotografia apresentada conforme item 1, “h”, deste Anexo. Em caso de dúvidas, a Comissão de Aferição poderá decidir pela necessidade de aferição pessoal da interessada.

VIII. Os (As) sócios(as) da **PROPONENTE** e o(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** poderá ser convocada a comparecer virtualmente ou presencialmente na sede da **SPCINE** ou em outro local designado, perante o colegiado, como parte do procedimento, oportunidade em que poderá apresentar razões e documentos.

- a) A convocação dar-se-á com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência e a presença deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário comercial.

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



b) Em comparecimento presencial a **PROPONENTE** ou o(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** deverá observar todas as medidas sanitárias e de prevenção de contágio, conforme orientações dos órgãos competentes, em especial o uso de máscara, podendo, entretanto, ser requerida que retire a máscara temporariamente para fins do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, se assim entendido cabível pela Comissão.

c) Em comparecimento virtual a **PROPONENTE** ou o(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** deverá estar em um ambiente sem grandes contrastes de luz, com a luz mais homogênea possível, evitando janelas ou ponto de luz atrás de si, e que haja luz natural no rosto, de preferência uma de cada lado do rosto ou uma luz frontal, como uma luz de janela na frente.

d) O comparecimento presencial ou virtual será gravado exclusivamente para fins de controle externo e de subsídio na análise de eventual manifestação escrita. A recusa da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** quanto à gravação do procedimento implica em sua renúncia à **POLÍTICA AFIRMATIVA** de concorrência pela reserva.

e) O não comparecimento perante o colegiado importará a desconsideração da autodeclaração apresentada pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** no momento da inscrição, assim como saída da lista reservada na respectiva categoria, passando à lista de ampla concorrência.

VIII. A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**.

a) Serão consideradas as características fenotípicas da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** ao tempo da realização do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial.

b) Na análise, poderá ser desconsiderado eventual documento apresentado pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** que contenha indicação de raça ou cor, ainda que oficial, quando desconectado da fenotipia da declarante.

IX. A partir da instrução produzida, será avaliado se o fenótipo da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** é expressão real do conceito definido no item 3, IV deste ANEXO à luz dos objetivos da **POLÍTICA AFIRMATIVA** da **SPCINE** e do **EDITAL**.

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



a) No caso de suspeita de que a declaração da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** não condiz com sua fenotipia, após eventual comparecimento presencial, será dado prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas para sua manifestação escrita, podendo juntar outros documentos e todos os meios de prova em direito admitidas.

b) Se a Comissão concluir que a **PROPONENTE** ou o(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** não é destinatário(a) da **POLÍTICA AFIRMATIVA** à luz dos objetivos desta e do **EDITAL**, deverá opinar, em relatório devidamente fundamentado.

b.1) No caso de evidente fraude e má-fé, pela desclassificação da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** e comunicação do fato ao Ministério Público.

b.2) Quando não constatada a má-fé, especialmente diante da existência de dúvida razoável por parte da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO** quanto à conceituação prevista no **EDITAL** ou quanto à finalidade ou destinação da **POLÍTICA AFIRMATIVA**, pela sua saída da lista reservada na respectiva categoria, caso assim tenha optado, passando à lista de ampla concorrência.

X. A Comissão deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado.

a) As deliberações da Comissão terão validade apenas para o **EDITAL** para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.

b) É vedado à Comissão manifestar sua conclusão na presença da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**.

XI. Finalizado o procedimento de análise da correspondência, o relatório conclusivo daí resultante deverá ser imediatamente enviado à Diretoria da **SPCINE**, que deverá decidir, por despacho, em até 01 (um) dia útil.

XII. O procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial e os trabalhos da Comissão poderão ser acompanhados pela Coordenação de Promoção de Igualdade Racial (CPIR), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

XIII. Todos os documentos apresentados pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**, bem como eventual gravação realizada e o teor do parecer motivado da Comissão serão de acesso restrito, nos termos do art.31, da Lei Federal nº 12.527/2011, podendo ter autorizada sua divulgação ou acesso

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem, sem prejuízo de sua eventual submissão a órgãos de controle interno ou externo, por requisição judicial ou administrativa, independente da concordância da **PROPONENTE** ou do(a) **COORDENADOR(A) DO PROJETO**.